



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Fazenda

Balanço Geral 2012

Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão
Orçamentária, Financeira, Patrimonial e
Operacional, Produzido pelo Controle Interno



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

**RELATÓRIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
EXERCÍCIO 2012**

1 APRESENTAÇÃO

A Controladoria Geral do Estado do Acre - CGE, em cumprimento às determinações legais, apresenta o Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, produzido pelo controle interno, na forma do item III, anexo I da Resolução - TCE nº 62, de 18 de julho de 2008, sobre as contas do governo do Estado do Acre referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Na produção deste relatório, procurou-se demonstrar as principais informações geradas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo governo do Acre em 2012, demonstrando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, o desempenho da receita e da despesa; o cumprimento dos índices constitucionais e dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A realização da análise das contas foi desenvolvida durante todo o exercício, com base nas informações contidas nos diversos sistemas do Poder Executivo, nas demonstrações contábeis, nos relatórios que compõem o Balanço Geral do Estado, em informações encaminhadas pelas respectivas secretarias e também com base nos trabalhos de auditoria e controle interno desenvolvidos no decorrer do exercício, pela Auditoria Geral do Estado.

A equipe técnica da CGE também atuou ativamente na melhoria dos controles, prestando apoio nas correções das impropriedades detectadas, bem como participando de ações que permitiram solucionar distorções com relação aos registros contábeis e melhoria dos controles em diversos órgãos da administração.

2 INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a CGE procedeu à análise e acompanhamento das contas governamentais processadas pela Secretaria da Fazenda, órgão responsável pela execução da contabilidade geral e pela administração financeira dos demais órgãos e unidades do Poder Executivo do Estado do Acre, na forma prevista no artigo 64 da Constituição Estadual.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos de controle interno aplicável ao serviço público estadual, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal e demais normativos complementares.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Outras demonstrações contábeis e acessórias julgadas relevantes foram inseridas nos documentos que formam a Prestação de Contas, apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Governo Estadual bem como, de atender maior número de usuários das informações governamentais.

A consolidação das demonstrações reflete a utilização dos recursos consignados no Orçamento Geral, pelo Poder Executivo, por meio das Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes, das entidades da Administração Indireta, representada pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, pelo Ministério Público e pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

3 DO RELATÓRIO

3.1 Orçamento Geral do Estado

3.1.1 Do Orçamento

O art. 150 da Constituição Estadual estabelece que os instrumentos disciplinadores da elaboração, execução e controle do Orçamento do Estado são: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, os quais foram autorizados pelos seguintes dispositivos legais, para o exercício de 2012:

3.1.1.1 Plano Plurianual (PPA), para o período de 2012/2015, nos termos da Lei Estadual nº 2.524, de 20 de dezembro de 2011, que aprovou o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.707, de 30 de dezembro de 2011, constitui um compromisso assumido pelo governo para com a sociedade na direção de construir um futuro melhor para a população do Estado, estabelecendo políticas, estratégias, linhas de intervenção, diretrizes, programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável e ao combate à pobreza e às desigualdades sociais.

3.1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pela Lei Estadual nº 2.424, de 08 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.597, de 21 de julho de 2011, estabelece as metas e prioridades a serem alcançadas pelas ações governamentais e os critérios para a elaboração e a execução do Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício de 2012.

3.1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei Estadual nº 2.523, de 20 de Dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10716, de 04 de Janeiro de 2012, apresenta a estimativa da receita e a fixação da despesa em plena compatibilidade com as ações estruturadas pelo PPA e com as diretrizes estabelecidas na LDO, compreendendo o Orçamento Fiscal, de Investimentos e da Seguridade Social, os quais contemplam os programas de governo para o exercício de 2012.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

3.1.2 Fixação da Despesa

O Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício financeiro de 2012, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$-4.451.477 mil, consolidando os três Poderes que compõem a Administração Estadual, conforme demonstrado nas Tabelas a seguir:

3.1.2.1 Por Tipo de Orçamento

Tabela 1 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA POR TIPO DE ORÇAMNETO			
	DESPESA/RECEITA		DIFERENÇA	
	2011	2012	VALOR	AH %
Fiscal	2.931.618	3.622.965	691.347	23,58
Seguridade Social	872.008	828.498	-43.510	-4,99
Investimentos	14	14	0	0,00
Somas	3.803.640	4.451.477	647.837	17,03

Fonte: Lei 2412/2010-LOA

AH=Análise Horizontal → Variação no ano de 2011 em relação a 2010

Como pode ser verificado na Tabela 1, o orçamento fixado para o exercício de 2012 teve um acréscimo em relação a 2011, de R\$-647.837 mil, traduzido no percentual de 17,03%.

O Orçamento de Investimentos para as Empresas Públicas no montante de R\$-14 mil, relativo ao exercício financeiro de 2012, foi destinado na totalidade, para a Companhia de Habitação do Acre-COHAB.

3.1.2.2 Por Poderes Constitucionais

Tabela 2 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	POR FONTE			AV %
	TESOURO	OUTRAS FONTES	SOMA	
Poder Legislativo	141.617	4.000	145.617	3,27
Assembléia Legislativa - ALE	104.246	0	104.246	2,34
Tribunal de Contas - TCE	37.371	4.000	41.371	0,93
Poder Judiciário - TJE	157.353	8.057	165.410	3,72
Ministério Público - MPE	49.173	3.718	52.891	1,19
Poder Executivo	2.271.110	1.816.449	4.087.559	91,82
Total	2.619.253	1.832.224	4.451.477	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado – Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical → Participação no Total

A Tabela 2 demonstra a participação no orçamento, de cada Poder que compreende a Administração do Estado do Acre, cabendo ao poder executivos 91,82% e aos demais poderes 8,18%.

Os recursos da Fonte Tesouro representam 58,84% e de Outras Fontes corresponde a 41,16% do Orçamento Geral do Estado.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

3.1.2.3 Por Tipo de Administração

Tabela 3 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA POR NATUREZA				SOMA	AV%
	ADMINISTRAÇÃO					
	DIRETA	AV %	INDIRETA	AV %		
Despesa Corrente	1.838.977	74,24	1.332.844	67,51	3.171.821	71,25
Despesa de Capital	634.549	25,62	641.507	32,49	1.276.056	28,67
Reserva de Contingência	3.600	0,15	0	0,00	3.600	0,08
Total	2.477.126	100,00	1.974.351	100,00	4.451.477	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração, Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical → Participação no Total

A Tabela 3 apresenta de forma resumida o Orçamento Consolidado (todos os poderes), especificando a Despesa por Natureza entre as Administrações Direta e Indireta do Poder Público Estadual. Verifica-se que 55,65% do Orçamento Total foram destinados para a administração direta e o restante 44,35, para a administração indireta.

4 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

A LOA no seu Art. 10 autorizou o Poder Executivo, durante a execução orçamentária do exercício de 2012, a realizar operações de créditos por antecipação de receita, até o limite previsto na Constituição Estadual. Apesar da autorização legal, não foi contratada operações nesta modalidade.

Sob o amparo do Art. 9º da Lei Orçamentária Anual nº 2.523, de 2011, o Poder Executivo autorizou a abertura de créditos suplementares abaixo do limite de 30% das despesas fixadas, observando o disposto no art. 161 da Constituição Estadual e no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

O artigo 18 da Lei Estadual nº 2.523, de 2011, contém a autorização para o Poder Executivo reprogramar e remanejar programas, projetos e atividades, desde que não alterem o valor final do orçamento. Além disso, no art. 13º da referida Lei, ficou autorizado o bloqueio da execução orçamentária com a finalidade de ajustar os dispêndios aos efetivos comportamentos dos ingressos da receita.

A Tabela 4 demonstra a composição dos créditos adicionais amparados por fontes de recursos oriundas de anulações de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação e de *superávit* financeiro do exercício de 2012, os quais, não oneraram o limite autorizado pelo art. 9º da LOA.

Tabela 4 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	CREDITO ADICIONAIS	
	MOVIMENTO	AV %
Orçamento Inicial	4.451.477	86,06
Créditos Adicionais	720.876	13,94
Suplementares	2.607.712	50,42
Especiais	0	0,00
Superávit Financeiro	123.816	2,39
(-)Anulação de Dotações	-2.010.652	38,87
Orçamento Final	5.172.353	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV = % de participação no total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

As alterações orçamentárias em 2012 resultaram em acréscimo de 16,19% em relação ao total do orçamento previsto na LOA, elevando o valor orçado de R\$-4.451.477 mil para R\$-5.172.353 mil.

5 DA PREVISÃO DA RECEITA

De acordo com o artigo terceiro da Lei Orçamentária, as receitas estimadas apresentam-se desdobradas, conforme Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA POR NATUREZA			
	FONTE DE RECURSOS			
	TESOURO	OUTRAS FONTES	SOMA	AV%
Corrente	2.617.753	932.994	3.550.747	79,77
Tributárias	835.515	700	836.215	18,79
Transferências	2.222.684	666.240	2.888.924	64,90
Outras Receitas Correntes	96.877	154.891	251.768	5,66
Deduções: FUNDEB	-537.323	-15	-537.338	-12
Intra Orçamentária	0	111.178	111.178	
Capital	1.500	899.230	900.730	20,23
Operações de Crédito	0	424.230	424.230	9,53
Transferências de Capital	0	475.000	475.000	10,67
Outras Receitas de Capital	1.500	0	1.500	0,03
Total	2.619.253	1.832.224	4.451.477	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical → Participação no Total

Assim como no orçamento da Despesa, as Receitas consignadas nos Orçamento Fiscal e Seguridade Social, 58,84% referem-se a Recursos do Tesouro Estadual e 41,16% a Recursos de Outras Fontes.

6 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Balanço Orçamentário

A Tabela 6 foi adequada ao padrão proposto pela Portaria STN nº 4 de 30 de junho de 2011 apresentando o Balanço Orçamentário do Estado do Acre no exercício de 2011 de forma resumida, especificando as receita por categoria econômica e origem, a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita atualizada e o saldo a realizar. Demonstra também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 6

Em R\$-mil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO		REALIZADA (B)	SALDO C=(A-B)	AH% (B/A)*100
	INICIAL	ATUAL (A)			
RECEITAS CORRENTES	3.550.747	3.951.311	3.743.587	207.724	94,74
Receita Tributária	836.215	934.634	954.773	-20.139	102,15
Receita de Contribuições	82.017	162.682	121.229	41.453	74,52
Receita Patrimonial	68.156	71.206	89.096	-17.890	125,12
Deceita de Serviços	35.940	42.255	34.471	7.784	81,58
Transferências Correntes	2.888.924	3.057.187	2.835.724	221.463	92,76
Outras Receitas Correntes	65.655	97.907	145.792	-47.885	148,91
Receita Intra Orçamentária	111.178	122.778	112.567	10.211	91,68
(-)-Deduções da Receita Corrente	-537.338	-537.338	-550.065	12.727	102,37
RECEITA DE CAPITAL	900.730	1.097.225	1.098.207	-982	100,09
Operações de Crédito	424.230	619.302	915.392	-296.090	147,81
Transferências de Capital	475.000	476.423	181.233	295.190	38,04
Outras receitas de Capital	1.500	1.500	1.582	-82	0,00
SUB-TOTAL DA RECEITA (I)	4.451.477	5.048.536	4.841.794	206.742	95,90
DÉFICIT (II)	0	0	0	0	0,00
TOTAL (III)=I+II	4.451.477	5.048.536	4.841.794	206.742	95,90
SALDOS DE EXERC.ANTERIORES (SUPERÁVIT FINANCEIRO)		123.816	123.816		

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO		EMPENHADA (F)	LIQUIDADADA (G)	PAGA (H)	SALDO DA DOTAÇÃO I=(E-F)	AH% (F/E)*100
	INICIAL (D)	ATUAL (E)					
DESPESAS CORRENTES	3.171.821	3.752.550	3.593.266	3.490.168	3.463.506	159.284	95,76
Pessoal e Encargos Sociais	1.890.623	1.864.603	1.852.828	1.851.790	1.851.746	11.775	99,37
Juros e Encargos da Dívida	114.900	118.623	118.580	118.580	118.580	43	99,96
Outras Despesas Correntes	1.055.120	1.570.996	1.435.367	1.408.269	1.381.963	135.629	91,37
Despesa Intra Orçamentária	111.178	198.328	186.491	111.529	111.217	11.837	94,03
DESESAS DE CAPITAL	1.276.056	1.416.203	1.064.523	1.050.461	1.046.024	351.680	75,17
Investimentos	1.027.269	1.161.079	810.756	796.694	792.257	350.323	69,83
Amortização da Dívida	248.437	250.719	250.331	250.331	250.331	388	99,85
Outras Despesas de Capital	350	3.055	2.086	2.086	2.086	969	68,28
Despesa Intra Orçamentária	0	1.350	1.350	1.350	1.350	0	100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.600	3.600	0	0	0	3.600	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IV)	4.451.477	5.172.353	4.657.789	4.540.629	4.509.530	514.564	90,05
SUPERAVIT (V)			184.005	301.165	332.264		
TOTAL (VI)=(IV)+(V)	4.451.477	5.172.353	4.841.794	4.841.794	4.841.794	514.564	89,67

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

(-) Deduções – FUNDEB e Investimentos RPPS

AH=Análise Horizontal→ Realização em relação ao Orçamento Atualizado

O equilíbrio orçamentário fica demonstrado na coluna Previsão Inicial da Receita e Dotação Inicial da Despesa, pelo valor equivalente de R\$-4.451.477 mil.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Realização da Receita foi inferior à Previsão Atualizada em 4,09%, apresentando uma insuficiência de arrecadação de R\$-206.742 mil e a Execução da Despesa ficou abaixo da Dotação Atualizada em R\$-514.564 mil, correspondendo a economia orçamentária de 9,95%, não utilizada para a execução das despesas.

Do total das Despesas Empenhadas, foram pagos dentro exercício financeiro, a importância de R\$-4.509.530 mil, ficando o restante R\$-148.259 mil, representando um percentual de 1,30%, para serem pagos no exercício seguinte, registrados na rubrica de Restos a Pagar. (Processados R\$-31.098 e Não Processados R\$-117.161).

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, estão sendo incluídos o Anexo 1, demonstrando a inscrição de restos a pagar, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a inscrição dos restos a pagar.

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$-mil

Restos a Pagar	Inscrição		
	Processados	Não Processados	Total
Despesas Correntes	26.661	103.098	129.759
Pessoal e Encargos Sociais	43	75.990	76.033
Juros	0	0	0
Outras Despesas Correntes	26.618	27.108	53.726
Despesa de Capital	4.437	14.063	18.500
Investimento	4.437	14.063	18.500
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortizações	0	0	0
Total	31.098	117.161	148.259

Na análise dos dados contidos no Quadro acima, verifica-se que os Restos a Pagar Processados, representam 20,98% do total de Restos a Pagar, consequentemente os Restos a Pagar não Processados correspondem a 79,02% deste total.

O volume maior da inscrição em Restos a Pagar, concentra-se nas Despesas Correntes, representando 87,52%, enquanto que o restante correspondendo a 12,48% está alocado nas Despesas de Capital.

Do valor de R\$-76.033 registrados em Restos a Pagar na rubrica "Pessoal e Encargos Sociais", R\$-74.952 mil, corresponde a parte patronal da despesa com inativos, não repassadas pelo Estado ao Instituto de Previdência do Estado, o qual, no momento da elaboração deste Relatório, foi regularizado por meio de um Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários n.ºs. 00001/2012 e 00001/2013.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

O detalhamento dos valores correspondentes ao item “Deduções da Receita Corrente”, mencionado nas tabelas anteriores, está sinteticamente demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7 Em R\$-mil

DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE						
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		EXECUÇÃO	A EXECUTAR	% EXECUTADO	AV%
	INICIAL	ATUAL				
ICMS-Formação do FUNDEB	101.295	101.295	116.437	15.142	114,95	21,17
IPVA-Formação do FUNDEB	3.604	3.604	3.979	375	110,41	0,72
ITCD-Formação do FUNDEB	152	152	271	119	178,29	0,05
FPE-Formação do FUNDEB	430.134	430.134	423.900	-6.234	98,55	77,06
IPI-Formação do FUNDEB	71	71	81	10	114,08	0,01
ICMS-Desoneração Formação do FUNDEB	0	0	266	266	n/c	0,05
Outras Receitas Correntes	2.067	2.067	0	-2.067	n/c	0,00
RPPS-Investimentos	15	15	5.130	5.115	n/c	0,93
Total	537.338	537.338	550.064	12.726	102,37	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical → Participação % no total das deduções executadas

6.2 Receita e Despesa por Fonte

A tabela 8 apresenta as receitas e as despesas realizadas, comparadas com os respectivos valores orçados por fonte de recursos, com o objetivo de verificar a correlação dos gastos com a respectiva receita.

Tabela 8 Em R\$-mil

RECEITA E DESPESA POR FONTE						
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇA	
	PREVISÃO ATUAL	EXECUÇÃO(A)	PREVISÃO ATUAL	EXECUÇÃO(B)	A-B	AV%
Recursos Próprios	2.816.395	2.701.916	2.868.760	2.802.991	-101.075	-54,93
Convênios	643.210	293.629	643.210	262.887	30.742	16,71
FUNDEB	416.739	417.232	434.421	434.165	-16.933	-9,20
Saúde	194.590	195.456	219.101	218.145	-22.689	-12,33
Operações de Crédito	619.302	915.392	619.302	562.876	352.516	191,58
Previdenciário	299.029	264.782	315.949	314.158	-49.376	-26,83
Outros Recursos	59.272	53.388	71.610	62.567	-9.179	-4,99
Total	5.048.537	4.841.795	5.172.353	4.657.789	184.006	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical→Participação no Total de (A-B)

A diferença apresentada entre a realização da receita e da despesa, no valor de R\$-184.006 mil, representa um superávit de 3,80%. O valor de R\$-123.816 mil relativo à superioridade na previsão da Despesa e em relação à previsão da Receita, refere-se a suplementação orçamentária com recursos oriundos de saldo financeiro do exercício anterior.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

6.3 Despesas por Programas

A Tabela 9 demonstra os 30 maiores programas de governo, classificados em ordem decrescente em relação aos recursos envolvidos, representando 91,06 % do orçamento total executado.

Tabela 9

Em R\$-mil

DESPESAS POR PROGRAMAS DE TRABALHO EXERCÍCIO DE 2012						
Código	Título	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Execução (b)	Execução % b/a	%AV
1100	Industrialização	41.647	76.211	53.874	70,69	1,16
1101	Desenv.das Cdadeias Produção nas Zonas Esp. de Produção	76.147	147.679	102.666	69,52	2,20
1112	Pavimentação e Saneamento Integrado	225.811	391.051	316.840	81,02	6,80
1113	Habitção Popular	70.726	64.222	40.931	63,73	0,88
1114	Infraestrutura de Transporte e Energia	375.967	366.301	276.900	75,59	5,94
1115	Obras Públicas	19.238	49.008	37.965	77,47	0,82
1116	Promoção de Educ. Básica de Qualidade para Todos	130.532	112.719	90.559	80,34	1,94
1118	Promoção a Saúde	272.059	406.418	400.892	98,64	8,61
1119	Segurança Pública	138.795	161.134	119.065	73,89	2,56
1123	Inovação da Gestão	72.850	49.683	43.547	87,65	0,93
1200	Desenvolvimento Sustentável - PIDS/BNDES	8	48.686	48.658	99,94	1,04
2203	Gestão e Manut. das Atividades do Poder Legislativo	99.052	99.323	98.086	98,75	2,11
2210	Gestão e Manut. das Atividades do Tribunal de Contas	41.371	43.134	39.860	92,41	0,86
2220	Gestão e Manut. das Atividades do Tribunal de Justiça	165.410	199.917	182.265	91,17	3,91
2241	Gestão e Manut. das Atividades do Ministério Público	45.765	68.965	68.879	99,88	1,48
2254	Gestão e Manutenção do Folha de Pagamento do Executivo	1.471.518	1.551.063	1.530.702	98,69	32,86
2256	Gestão e Manutenção do Serviço da Dívida	623.336	633.355	629.831	99,44	13,52
2257	Gestão e Manutenção do Fundo de Previdência	217.864	312.236	310.931	99,58	6,68
2258	Gestão e Manuttenção da Secretaria de Educação	17.515	42.069	41.853	99,49	0,90
2269	Gestão e Manuttenção da Secretaria de Obras	18.874	30.454	26.633	87,45	0,57
0000	Demais Programas(*)	326.992	318.725	196.852	61,76	4,23
TOTAL		4.451.477	5.172.353	4.657.789	90,05	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

AV= Análise Vertical-->Participação no Total da Execução

(*) = Execução de Programas Inferiores a R\$-20.000

Na análise dos dados da Tabela 9, extrai-se que a quase totalidade dos programas listados, atingiram percentuais de execução, acima de 80% da parcela do orçamento autorizado para cada um.

O total das Despesas por Programas de Trabalho teve a sua execução assim distribuída: Pagamento de Pessoal (32,86%); Obras, Infraestrutura e Transporte (14,44%); Serviço da Dívida (13,52%) Saúde (8,61%); Previdência (6,68%); Industrialização e Produção (3,36%) Gestão e Manutenção (3,19%); Educação (3,11%); Segurança Pública (2,56%); Outros Poderes (8,47%) e demais dotações (3,20%).



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

6.4 Transferências a Municípios

A Tabela a seguir apresenta os valores transferidos aos municípios do Estado, no decorrer do exercício, identificando os recursos por categoria econômica e por órgão de origem.

Tabela 10 Em R\$-mil

TANSFERÊNCIAS A MUNICIPIOS							
ÓRGÃOS	ICMS	IPVA	IPI	CIDE	OUTRAS	SOMA	*AV%
30000000-DESPESAS CORRENTES	194.066	19.889	80	2.200	13.528	224.897	97,88
31400000-Pessoal (I)					162	162	0,07
Secretaria de Administração					137	137	0,06
Secretaria de Educação					17	17	0,00
Secretaria de Obras Públicas					8	8	0,00
33400000-Outras DespesasCorrentes	194.066	19.889	80	2.200	8.500	224.735	97,81
Secretaria de Planejamento					680	680	0,30
Secretaria da Fazenda	194.066	19.889	80	2.200	0	216.235	94,11
Secretaria de Educação					4.201	4.201	1,83
Secretaria de Segurança					450	450	0,20
Secretaria de Saúde					1.827	1.827	0,80
Secretaria de Obras					67	67	0,03
Secretaria de Habitação					1.072	1.072	0,47
Secretaria de Negócios					11	11	0,00
Secretaria de Artculação					192	192	0,08
44400000-Capital (II)					4.866	4.866	2,12
Secretaria de Saúde					226	226	0,10
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras					2.457	2.457	1,07
Secretaria de Habitação					2.183	2.183	0,95
Total (I + II)	194.066	19.889	80	2.200	18.394	229.763	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical→Participação % no Total

Do total das transferências, o valor de R\$-24 mil, ficou registrado em Restos a Pagar para o exercício subsequente.

Na verificação da tabela acima, identifica-se que, do total das transferências a municípios 97,88% referem-se a transferências correntes e 2,12% a transferências de capital. Observa-se também, que 94,11% representam as transferências obrigatórias e o restante corresponde às transferências voluntárias.

6.5 Evolução da Execução Orçamentária

A tabela 11 visualiza o comportamento das receitas e despesas realizadas, nos últimos cinco anos, apresentados em valores nominais, apurados nos Balanços Anuais do Estado.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 11

R\$-mil

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA - 2006 A 2010						
Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	AH%
Receita (I)	2.972.490	3.642.904	3.852.679	3.723.016	4.841.794	62,89
Correntes	2.522.688	2.807.740	3.052.986	3.264.299	3.743.587	48,40
Capital	449.802	835.164	799.693	458.717	1.098.207	144,15
Despesa (II)	2.742.183	3.519.086	3.939.989	3.644.181	4.657.789	69,86
Corrente	2.079.274	2.412.212	2.739.928	2.898.412	3.593.266	72,81
Capital	662.909	1.106.874	1.200.061	745.769	1.064.523	60,58
Resultado (I-II)	230.307	123.818	-87.310	78.835	184.005	-20,10

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AH=Análise Horizontal↔Variação de 2007 a 2011

Nota: Receita e Despesa Líquidas das Contas Intraorçamentárias

Com exceção do exercício de 2010, o resultado da execução orçamentária apresentou resultados orçamentários positivos.

Conforme evidenciado na tabela 11, em relação ao exercício de 2008, as receitas cresceram em valores nominais, saindo de R\$ 2.972.400 mil para R\$ 4.841.794 mil em 2012, atingindo a variação percentual de 95,61%. Já, as despesas no mesmo período, saíram de R\$ 2.742.183 mil para R\$ 4.657.789 mil, representado pelo percentual de 69,86%.

Ao compararmos a receita arrecadada com a despesa executada do exercício de 2012, verifica-se o um *superávit* de R\$-184.005 mil.

7 ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro, apresentado na forma do Anexo 13 da Lei Federal 4.320, de 1964 e adequado ao padrão proposto pela Portaria STN nº 664 de 30 de novembro de 2010, evidencia a movimentação das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, os saldos de disponibilidades financeiras do exercício anterior e que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios orçamentários e extra-orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Tabela 12

Em R\$-mil

BALANÇO FINANCEIRO							
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2012	2011	AV%	ESPECIFICAÇÃO	2012	2011	AV%
Receita Orçamentária(I)	4.841.795	3.871.527	72,50	Despesa Orçamentária(VI)	4.657.790	3.792.692	69,75
Ordinária	3.300.239	3.005.444	49,42	Ordinária	2.865.559	2.501.589	42,91
Vinculada	2.091.621	1.372.980	31,32	Vinculada	1.792.231	1.291.103	26,84
Previdencia Social	269.912	271.658	4,04	Previdência Social	314.158	247.645	4,70
Convênios	293.629	386.507	4,40	Convênios	262.887	366.627	3,94
Operações de Crédito	915.392	175.282	13,71	Operações de Créditos	562.876	153.552	8,43
Educação	417.232	386.884	6,25	Educação	434.165	371.934	6,50
Saúde	195.456	152.649	2,93	Saúde	218.145	151.345	3,27
(-)Deduções da Receita	550.065	506.897	8,24				
Transferências Recebidas(II)	1.024.046	713.638	15,33	Transferências Concedidas(VII)	1.024.046	713.638	15,33
Recebimentos Extra-Orçamento(III)	168.301	66.548	2,52	Pagamentos Extra-Orçamento(VIII)	55.513	51.862	0,83
Sdo.Financeiro-Exerc.Anterior(IV)	644.022	550.501	9,64	Sdo.Fianceiro-Exerc.Atual(IX)	940.815	644.022	14,09
Total (V)=(I+II+III+IV)	6.678.164	5.202.214	100,00	Total (X)=(VI+VII)+VIII+IX)	6.678.164	5.202.214	100,00

Fonte; Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical↔Participação % no Total do Exercício

7.1 Ingressos

As Receitas Orçamentárias, representando 72,50% dos ingressos, foram objeto de análise no Balanço Orçamentário, onde foi comentado o desempenho das receitas previstas e das realizadas.

Os recebimentos Extra-Orçamentarios, que respondem por 2,52% dos ingressos, compreendem os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimento no exercício corrente, as obrigações deste exercício a serem pagas no exercício seguinte e os demais ajustes financeiros.

O Saldo Financeiro do Exercício Anterior é representado pelos recursos da movimentação financeira do exercício anterior ao encerrado. Corresponde a 9,65% dos ingressos do exercício de 2012.

A diferença de 15,33% refere-se aos repasses de recursos não vinculados destinados aos órgãos da administração indireta.

7.2 Dispêndios

As despesas orçamentárias correspondendo a 69,75% dos dispêndios, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos, quando da análise da execução do orçamento do exercício.

As despesas extra-orçamentárias respondem por 0,83% dos dispêndios, compreendendo os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente e demais ajustes financeiros.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

O Saldo Financeiro para Exercício Seguinte é representado pelos recursos financeiros disponíveis para imediata aplicação no exercício subsequente ao de realização e que, em 2012, atingiu percentual 14,09% dos dispêndios.

A diferença de 15,33% refere-se aos repasses de recursos não vinculados destinados aos órgãos da administração indireta.

8 ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em uma situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 Em R\$-mil

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO							
ATIVO	2012	2011	*AH%	PASSIVO	2012	2011	*AH%
FINANCEIRO	946.843	651.271	45,38	FINANCEIRO	151.668	53.131	185,46
Disponível	940.815	644.021	46,08	Exigível	151.668	53.131	185,46
Bancos-Conta Movimento	251.547	354.396	-29,02	Restos a Pagar	149.490	49.991	199,03
Bancos-Contas Vinculadas	689.268	289.625	137,99	Outros Exigíveis	2.178	3.140	-30,64
Realizável a Curto Prazo	6.028	7.250	-16,86				
Outros Valores Realizáveis	6.028	7.250	-16,86	PERMANENTE	7.588.609	8.042.664	-5,65
PERMANENTE	2.573.527	1.944.388	32,36				
Imobilizado	2.029.301	1.570.303	29,23	Dívida Fundada Interna	2.331.292	1.639.388	42,21
Imóveis	1.474.229	1.089.808	35,27	Dívida Fundada Externa	253.195	219.398	15,40
Móveis	585.388	499.163	17,27	Precatórios	65.668	51.824	26,71
Outros	0	42	-100,00	Dívida Previdenciária	4.935.587	6.129.188	-19,47
(-)Depreciação	-30.316	-18.710	62,03	Outras Dívidas	2.867	2.866	0,03
Créditos e Valores	544.226	374.085	45,48				
Dívida Ativa	403.243	341.404	18,11				
Almoxarifado	46.118	28.017	64,61				
Diversos	94.865	4.664	1.933,98				
ATIVO REAL	3.520.370	2.595.659	35,63	PASSIVO REAL	7.740.277	8.095.795	-4,39
				SALDO PATRIMONIAL	-4.219.907	-5.500.136	-23,28
ATIVO	3.520.370	2.595.659	35,63	PASSIVO	3.520.370	2.595.659	35,63
COMPENSADO	5.552.969	6.566.812	-15,44	COMPENSADO	5.552.969	6.566.812	-15,44
TOTAL DO ATIVO	9.073.339	9.162.471	-0,97	TOTAL DO PASSIVO	9.073.339	9.162.471	-0,97

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AH=Análise Horizontal ↔ Variação percentual do exercício de 2012 em relação a 2011

Com base nos dados inseridos no demonstrativo acima, apresentamos alguns comentários sobre a composição e variações ocorridas no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2012.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

8.1.1 Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de recolhimentos de terceiros a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros. Compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados.

8.1.1.1 Disponível

Tabela 14 Em R\$-mil

DISPONIBILIDADES - EXERCÍCIO DE 2012				
ÓRGÃOS/UNIDADES	Tesouro	Vinculado	Soma	*AV%
PODER EXECUTIVO-ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.002	558.577	597.579	65,06
715-Secretaria da Fazenda	33.842	430.080	463.922	49,31
717-Secretaria de Educação	4.660	36.266	40.926	4,35
719-Secretaria de Segurança	0	17.096	17.096	1,82
720-Secretaria de Meio Ambiente	30	1.445	1.475	0,16
722-Secretaria de Assistência Social	58	2.796	2.854	0,30
732-Secretaria de Agropecuária	0	10.263	10.263	1,09
751-Secretaria de Esporte e Turismo	0	906	906	0,10
752-Secretaria de Ciência e Tecnologia	88	7.084	7.172	0,76
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	117	13.788	13.905	1,48
754-Secretaria de Infra-Estrutura e Obras	0	6.934	6.934	0,74
755-Secretaria de Justiça	0	880	880	0,09
756-Secretaria de Habitação de Interesse Social	0	11.954	11.954	1,27
758-Secretaria de Polícia Civil	0	542	542	0,06
759-Secretaria de Pequenos Negócios	0	15.067	15.067	1,60
760-Secretaria de Políticas das Mulheres	0	3.273	3.273	0,35
000-Outras órgãos da Adm. Direta	207	203	410	0,04
DEMAIS PODERES	11.184	3.296	14.480	1,54
PODER EXECUTIVO-ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	201.361	127.395	328.756	34,94
201-Departamento de Estradas e Rodagens	419	28.662	29.081	3,09
203-Departamento de Águas e Saneamento	7	18.113	18.120	1,93
204-Departamento de Trânsito	894	1.000	1.894	0,20
206-Instituto de Terras	0	5.817	5.817	0,62
209-Instituto de Administração Penitenciária	76	10.890	10.966	1,17
211-Instituto de Previdência	4.398	0	4.398	0,47
212-Instituto Dom Moacir Grechi	329	16.488	16.817	1,79
301-Fundação de Tecnologia	302	2.429	2.731	0,29
302-Fundação Hospitalar	0	1.683	1.683	0,18
303-Fundação de Cultura Elias Mansour	179	3.236	3.415	0,36
601-Fundo de Manut. E Desenvolvimento ds Educação Básica	2.975	0	2.975	0,32
607-Fundo Estadual de Saúde xxxxx	257	36.663	36.920	3,92
608-Fundo de Assistência Social	0	1.820	1.820	0,19
615-Fundo de Desenvolvimento Sustentável	918	0	918	0,10
617-Fundo do Poder Judiciário	1.454	0	1.454	0,15
621-Fundo Especial de Estudos Jurídicos	811	0	811	0,09
622-Fundo de Floresta	2.437	14	2.451	0,26
625-Fundo de Previdência Social	183.352	0	183.352	19,49
627-Fundo Estadual de Microcrédito	1.248	0	1.248	0,13
999-Outros Órgãos da Adm Indireta	1.305	580	1.885	0,20
Total	251.547	689.268	940.815	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado.
AV=Análise Vertical→Participação no Total

A Tabela 14 apresenta o detalhamento dos saldos da conta Bancos, totalizando R\$-940.815 mil, com a participação de 26,74% de Recursos do Tesouro e 73,26% de recursos vinculados. O Disponível se compõe dos valores pertencentes ao Estado, em moeda nacional e estrangeira, em poder dos Bancos e representa 99,36% do Ativo Financeiro. Os 0,64% restantes do Ativo Financeiro referem-se aos Créditos a Receber.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

O total das disponibilidades está distribuído por Órgãos da Administração Direta e Unidades da Administração Indireta, englobando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, comparando a participação percentual de cada órgão da administração direta e de cada unidade da administração indireta.

Os saldos apresentados nas linhas “Outros Órgãos da Administração Direta” “Demais Poderes” e “Outros Órgãos da Administração Indireta”, da Tabela 14 estão demonstrados a seguir:

Tabela 14-A

Em R\$-mil

DISPONIBILIDADES - EXERCÍCIO DE 2012				
ÓRGÃOS/UNIDADES	TESOURO	VINCULADOS	SOMA	AV%
OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	207	203	410	2,44
444-Controladoria Geral	0	30	30	0,18
609-Corpo de Bombeiros	0	1	1	0,01
713-Secretaria de Planejamento	207	0	207	1,23
714-Secretaria de Gestão Administrativa	0	46	46	0,27
730-Secretaria de Florestas	0	1	1	0,01
744-Secretaria de Articulação Institucional	0	125	125	0,75
DEMAIS PODERES	11.184	3.296	14.480	86,32
101-Assembléia Lrgislativa	238	0	238	1,42
102-Trbunal de Contas	3.251	0	3.251	19,38
203-Tribunal de Justiça	7.310	7	7.317	43,62
304-Ministério Público	385	3.289	3.674	21,90
OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.305	580	1.885	11,24
202-Instituto de Meio Ambiente	0	23	23	0,14
205-Junta Comercial	174	0	174	1,04
207-Instituto de Defesa Agropecuário	0	58	58	0,35
213-Instituto Sócio Educativo	0	359	359	2,14
214-Instituto de Pesos e Medidas	0	24	24	0,14
305-Fundação Escola do Servidor	82	0	82	0,49
401-Cia. De Armazens Gerais	24	3	27	0,16
402-Empresa de Extensão Geral	191	0	191	1,14
403-Cia de Desenvolvimento Industrial	2	0	2	0,01
404-Cia de Colonização do Acre	5	0	5	0,03
501-Cia de Habitação do Acre	125	0	125	0,75
504-Cia de Laticínios do Acre	2	0	2	0,01
510-Banco do Estado do Acre	24	0	24	0,14
602-Fundo de Reparcelhamento Policial/	25	0	25	0,15
603-Fundo de Reparcelhamento Policial/PM	32	0	32	0,19
605-Fundo do Meio Ambiente	13	0	13	0,08
606-Fundo de Direito da Criança e do Adolescente	3	113	116	0,69
611-Fundo de Aval	57	0	57	0,34
619-Fundo de Habitação	354	0	354	2,11
626-Fundo Penitenciário	139	0	139	0,83
628-Fundo Estadual de Cultura	7	0	7	0,04
630-Fundo de Estudos Jurídicos	46	0	46	0,27
Total	12.696	4.079	16.775	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado.

AV=Análise Vertical↔Participação no Total

8.1.1.2 CONCILIAÇÃO DO DISPONÍVEL

A diferença de R\$-6.168 mil existente entre o valor de R\$-940.815 mil representando o saldo de Bancos registrados no balanço e o valor registrado nos relatórios



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

de "Contas Financeiras com Saldos" totalizando R\$-946.983 mil está demonstrada na Tabela a seguir:

TABELA 15

Em R\$-mil

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS FINANCEIROS X SALDOS CONTÁBEIS								
SALDO FINANCEIRO			SALDO DAS CONTAS CONTÁBEIS					
FONTE DE RECURSOS		SALDO FINANCEIRO	VALORES EM TRÂNSITO	CHEQUES DEVOLVIDOS	FUNDO PREVIDÊNCIA	FUNDO IMOBILIÁRIO	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	SALDO CONTÁBIL
CÓDIGO	TÍTULO							
100	Próprios	50.365	0	-351			1.914	51.928
200	Convênios	236.632	1					236.633
300	FUNDEB	2.975	0					2.975
400	SUS	24.601	27					24.628
500	Op. Crédito	427.972	0					427.972
700	Indiretas	8.928	0					8.928
800	Previdência	195.510	0		-5.677	-2.082		187.751
SOMAS		946.983	28	-351	-5.677	-2.082	1.914	940.815

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado.

8.1.2 Ativo Permanente

O Ativo Permanente refere-se a operações com Bens e Valores que não interferem na movimentação financeira. No caso, o saldo deste grupo está representado em quase a sua totalidade, pelos Bens Móveis e Imóveis de propriedade do Estado.

Outros informes sobre os bens do Ativo Imobilizado estão explicitados no relatório anexo a esta Prestação de Contas, produzido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Em relação aos Bens Móveis e Imóveis, PORTARIA STN Nº 437/2012, no Item III do Artigo 6º, autoriza os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual a regularizar as inconsistências dos saldos dos inventários físicos dos bens patrimoniais permanentes e dos registros contábeis correspondentes até o término do exercício de 2014.

A Tabela a seguir, apresenta o resumo dos Bens Móveis e Imóveis, destacando que a linha "Depreciação", apresenta valores relativos aos bens móveis adquiridos a partir do exercício de 2011.

TABELA 15

Em R\$-mil

Especificação	Exerc. 2011	Entradas	Baixas	Exerc. 2012	Varição 2011p/2012
Bens Imóveis	1.089.808	397.701	13.280	1.474.229	35,27
Bens Móveis	499.163	128.655	42.430	585.388	17,27
Bens Imóveis de Terceiros	42	0	42	0	-100,00
(-)Depreciação	18.710	11.768	162	30.316	62,03
Somas	1.570.303	514.588	55.590	2.029.301	29,23

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado

8.1.3 Ativo Real

O Ativo Real corresponde ao somatório dos valores do Ativo Financeiro e Ativo Permanente, evidenciando os direitos patrimoniais ocorridos na Administração Pública movimentados durante o exercício. Em 2012, o Ativo Real foi aumentado no percentual de 17,14 % em relação ao ano anterior.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

8.2 Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e os compromissos exigíveis em curto prazo, decorrentes de operações que devem ser pagas independentes de autorização orçamentária. Estão inclusas neste grupo de conta, os Depósitos (Consignações, Depósitos de Terceiros) e Obrigações em Circulação (Restos a Pagar e Valores em Trânsito Exigíveis), correspondendo a R\$-151.668 mil, o que representa 1,92 % do Passivo Real.

A Tabela 15 demonstra a composição da conta “Restos a Pagar”, totalizando a quantia de R\$-149.490 mil, a qual, em conjunto com as demais rubricas do Passivo Financeiro, apresentam-se cobertos pelas disponibilidades registradas no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Tabela 16 Em R\$-mil

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2012				
ORGÃOS/ENTIDADES	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.517	82.624	99.141	66,32
446-Gabinete Civil	118	0	118	0,08
447-Gabinete Militar	5	0	5	0,00
448-Controladoria Geral	30	0	30	0,02
510-Procuradoria Geral	10	15	25	0,02
523-Defensoria Pública	187	0	187	0,13
608-Polícia Militar	2	0	2	0,00
609-Corpo de Bombeiros	1	0	1	0,00
711-Secretaria de Comunicação	144	0	144	0,10
713-Secretaria de Planejamento	759	0	759	0,51
714-Secretaria do Servidor e Patrimônio Público	11	50.925	50.936	34,07
715-Secretaria da Fazenda	537	203	740	0,50
717-Secretaria de Educação	10.192	20.274	30.466	20,38
719-Secretaria de Segurança	214	2.117	2.331	1,56
720-Secretaria de Meio Ambiente	140	0	140	0,09
722-Secretaria de Assistência Social	652	0	652	0,44
730-Secretaria de Floresta	0	0	0	0,00
732-Secretaria de Agropecuária	89	0	89	0,06
744-Secretaria de Articulação Institucional	105	0	105	0,07
751-Secretaria de Esporte e Turismo	30	83	113	0,08
752-Secretaria de Ciência e Tecnologia	1.079	0	1.079	0,72
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	244	0	244	0,16
754-Sec. De Infraestrutura, Obras e Habitação	18	0	18	0,01
755-Secretaria de Justiça	0	0	0	0,00
756-Secretaria de Habitação de Interesse Social	1.658	57	1.715	1,15
758-Secretaria de Polícia Civil	86	642	728	0,49
759-Secretaria de Pequenos Negócios	152	1	153	0,10
760-Secretaria de Política para as Mulheres	0	536	536	0,36
000-DEMAIS PODERES	54	7.771	7.825	5,23
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	14.581	35.768	50.349	33,68
201-Departamento de Estradas e Rodagens	130	2.442	2.572	1,72
202-Instituto do Meio Ambiente	183	0	183	0,12
203-Departamento de Águas e Saneamento	644	961	1.605	1,07
204-Departamento de Trânsito	29	25	54	0,04
205-Junta Comercial do Acre	7	0	7	0,00
206-Instituto de Terras	3	3.417	3.420	2,29
207-Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal	0	37	37	0,02
211-Instituto de Previdência	4	46	50	0,03
212-Instituto Dom Moacir Grechi	507	68	575	0,38
213-Instituto Sócio-Educativo	0	0	0	0,00
214-Instituto de Pesos e Medidas	7	0	7	0,00
215-Instituto de Mudanças Climáticas e Ambientais	27	0	27	0,02
301-Fundação de Tecnologia	5	0	5	0,00
302-Fundação Hospitalar	2.701	762	3.463	2,32
303-Fundação de Cultura Elias Mansour	29	10	39	0,03
305-Fundação do Servidor Público	274	0	274	0,18
401-Cia. De Armazens Gerais	1	9	10	0,01
402-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	62	3	65	0,04
601-Fundo de Desenvolvimento da Educação	1.417	559	1.976	1,32
602-Funrepol-Polícia Civil	9	45	54	0,04
606-Fundo do Direito da Criança e do Adolescente	61	0	61	0,04
607-Fundo Estadual de Saúde	8.410	27.337	35.747	23,91
608-Fundo Estadual de Assistência Social	71	0	71	0,05
621-Fundo Orçamentário Especial	0	47	47	0,03
TOTAL	31.098	118.392	149.490	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical→Participação % no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

8.3 Passivo Permanente

O Passivo Permanente está representado pelas Operações de Crédito Internas e Externas, dos Precatórios Judiciais e de outros passivos de longo prazo, e contempla as dívidas a serem resgatadas ao longo dos exercícios financeiros subsequentes.

O total do Passivo Permanente, importando em R\$-7.588.309 mil, teve uma redução em relação ao exercício anterior de 5,65%, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 17 Em R\$-mil

CONTRATOS	SALDOS		VARIACÃO	
	2012(a)	2011(b)	(a-b)	*AH%
DÍVIDA INTERNA				
94/0009-3 E 94/00010-7 - Banco do Brasil/Lei 8.727/93	121.130	158.885	-37.755	-23,76
015/98 - Stn/Lei 9.496/97	324.865	314.663	10.202	3,24
20/00113-8 - PEF-Banco do Brasil	101.205	118.310	-17.105	-14,46
118.357-90 - CEF/PENAFE	3.294	4.031	-737	-18,28
111.963-86 - CEF/Parque da Maternidade	13.037	14.370	-1.333	-9,28
111.936-41 e 163.179-74 - CEF/ETA Sobral	19.461	21.098	-1.637	-7,76
163.182-29 - CEF/ETE - Estação de Tratamento de Água e Esgoto	7.886	8.423	-537	-6,38
0241.362-64/08, 0248.994-59/08, 0248-995-64/08 e 0258.448-42/08, 0258.449.57/09, 0258-451-00/09, PROMORADIA/CEF	40.804	39.425	1.379	3,50
02.2.089.7.1, 05.2.0433.1, 08.202.801/018, 08.200.421/013, 08.202.811/013, 08.202.821/019, 09.211.391 /011, 09.2.1493.1 e 11.211.731/019 - PIDS/BNDES	1.003.543	860.556	142.987	16,62
CEF Protransporte-Contrato 0354.430-78/11 e 0358.927-65/11	20.995	0	20.995	0,00
1.996.228-2, 10.684/03 e 10.522/2002 INSS/Parcelamento	12.369	18.345	-5.976	-32,58
2000001692 FGTS/Parcelamento	766	809	-43	-5,32
Lei 11.941/2009, 10.684/03 e 10.522/2002/Parcelamento	78.467	80.472	-2.005	-2,49
BB Proinveste-Contrato 20/00003-0	69.389	0	69.389	0,00
BNDES Proinveste-Contrato 12.213.181/04	383.203	0	383.203	0,00
BNDES-PEF Fase II	130.878	0	130.878	0,00
SOMA (I)	2.331.292	1.639.387	691.905	42,21
DÍVIDA EXTERNA				
1399/OC-BR - BID	89.584	90.888	-1.304	-1,43
7625 -BR/BIRD	163.611	128.509	35.102	27,31
SOMA (II)	253.195	219.397	33.798	15,40
SOMA DA DÍVIDA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.584.487	1.858.784	725.703	39,04
PRECATÓRIOS				
Anteriores a 05/05/2000	13.793	21.401	-7.608	-35,55
Posteriores a 05/05/2000	51.875	30.423	21.452	70,51
SOMA (III)	65.668	51.824	13.844	26,71
TOTAL (I+II+III)	2.650.155	1.910.608	739.547	38,71
OUTRAS DÍVIDAS				
RPPS-Provisões Matemáticas	4.935.587	6.129.189	-1.193.602	-19,47
Convênio Aquisição de água Depasa/Sanacre	2.867	2.867	0	0,00
SOMA (IV)	4.938.454	6.132.056	-1.193.602	-19,46

Fonte: Balanço Geral do Estado-Anexo XVI da Lei 4.320/64
AH=Análise Horizontal→Variação de 2012 em relação a 2011



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Dívida Fundada é oriunda de obrigações assumidas por meio de Leis, Contratos e da realização de operações de crédito interna e externa. Apresentou no ano de 2012 um decréscimo nominal de 39,04% em relação a 2011, Passando de R\$- 1.858.784 para R\$-2.584.487 mil.

A parcela da dívida referente aos Precatórios teve um acréscimo de 26,71% e os valores relativos a outros passivos onde se inclui o provisionamento do déficit previdenciário teve uma redução de 19,47%.

O saldo registrado em Outras Dívidas está composto de:

R\$-4.935.587 mil – Apropriação patrimonial do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, fundamentada na Avaliação Atuarial efetuada por força de Legislação pertinente, regulamentada pela Portaria MPAS nº 403, de 10 de dezembro de 2088 e alterações posteriores.

R\$- 2.867 mil – Apropriação patrimonial de obrigações assumidas entre o Departamento Estadual de Água e Saneamento-DEAS e Cia de Saneamento do Acre-SANACRE, através de Convênio celebrado em primeiro de janeiro de 2008.

O estoque da Dívida Pública Consolidada com instituições financeiras e o governo federal registrou, no exercício de 2012, o montante de R\$-2.650.155 mil. Desse valor 20,28%, cerca de R\$-537.597 mil correspondem aos refinanciamentos e parcelamentos de dívidas amparados pelas leis 8.727/93 e 9.496/97 e 79,72% aos demais contratos, inclusive os Precatórios Judiciais que montam em R\$ 65.668 mil.

Para o pagamento das parcelas e juros da dívida no exercício de 2012, foi fixado no orçamento, a importância de R\$-363.337 mil, a qual foi suplementada no decorrer do exercício para R\$ 369.342 mil e executado o valor de R\$ 368.911 mil, correspondendo a 99,88 % do orçamento atualizado.

8.4) Passivo Real

O Passivo Real corresponde ao somatório dos valores do Passivo Financeiro e Passivo Permanente, evidenciando as obrigações com terceiros de responsabilidade da Administração Pública no encerramento do exercício.

8.5 Saldo Patrimonial

O Saldo Patrimonial, ou seja, o Patrimônio Líquido é a diferença entre Ativo Real e Passivo Real, após a apuração do resultado do exercício. No exercício em análise, o Resultado Patrimonial apresentou um *superávit* de R\$-1.280.229 mil, reduzindo o saldo patrimonial negativo de R\$-5.500.136 registrado em 2011 para R\$- 4.219.907mil em 2012.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

8.6 Ativo e Passivo Compensado

No Ativo e Passivo Compensado de valores iguais a R\$-6.566.812 mil, estão representados os Bens, Valores, Obrigações e outras situações que não tem reflexos imediatos no patrimônio do Ente Público, mas que poderão vir a afetá-lo no futuro.

9 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado entre variações ativas e passivas.

O quadro a seguir, demonstra as Variações Patrimoniais ocorridas no exercício de 2012.

Tabela 18 Em R\$-mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS							
ATIVAS				PASSIVAS			
Especificação	2012	2011	*AV%	Especificação	2012	2011	*AV%
Orçamentárias	6.845.304	5.060.306	96,25	Orçamentárias	6.631.150	4.754.414	90,43
Receita Orçamentária	4.841.795	3.871.527	73,64	Despesa Orçamentária	4.657.789	3.792.692	72,14
Interferências Ativas	1.024.046	713.638	13,57	Interferências Passivas	1.024.046	713.638	13,57
Mutações Ativas	979.463	475.141	9,04	Mutações Passivas	949.315	248.084	4,72
Extra-Orçamentária	2.510.491	197.087	3,75	Extra-Orçamentária	1.444.416	6.395.674	121,65
Variações Ativas	9.355.795	5.257.393	100,00	Variações Passivas	8.075.566	11.150.088	212,08
				Resultado Patrimonial	1.280.229	-5.892.695	-112,08
Total Ativo	9.355.795	5.257.393	100,00	Total Passivo	9.355.795	5.257.393	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

AV=Análise Vertical↔Participação % no Total

9.1 Variações Ativas

As Variações Ativas representam as agregações de novos elementos ao Patrimônio Público que poderão ocorrer por meio de aumento de Valores Ativos, Reduções de Valores Passivos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

9.2 Variações Passivas

As Variações Passivas representam as diminuições dos elementos do Patrimônio Público que reduzem a Situação Patrimonial da Entidade, mediante o aumento de Valores Passivos, reduções de Valores Ativos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

9.3 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No exercício de 2012, foi apresentado um *superávit* de R\$-1.280.229 mil.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

8 ÍNDICES DE RESULTADOS

A Contabilidade Pública subordina-se aos dispositivos das Constituição Federal e Estadual, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, das Leis que regulam os Orçamentos (PPA, LDO e LOA) e dos Regulamentos e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado, em especial, a Resolução nº 062, de 2008.

A seguir, apresentamos os valores e informações relevantes, extraídos dos Balanços, Demonstrativos Contábeis e Financeiros, elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda, evidenciando o orçamento, a receita e despesa realizada, o disponível, o patrimônio financeiro e permanente, a dívida fundada e os limites legais impostos pela legislação constitucional e fiscal, fazendo um comparativo com o último exercício.

8.1 Análises de Indicadores

Os indicadores a seguir foram extraídos dos Demonstrativos dos Balanços Gerais do Estado, apresenta a seguinte configuração:

8.1.1 Indicadores Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais

8.1.1.1 Balanço Orçamentário e Financeiro e Patrimonial

8.1.1.1.1 Orçamentário

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Quadro 1		Em R\$-mil
Especificação	2012	a/b
Receita Realizada (a)	4.841.794	0,96
Previsão da Receita Atualizada (b)	5.048.537	

Fonte: Tabela 6

O indicador acima demonstra que houve insuficiência de arrecadação, espelhando que, para cada R\$-1,00 de expectativa de arrecadação, foram arrecadados R\$-0,96.

QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

Quadro 2		Em R\$-mil
Especificação	2012	a/b
Receita Realizada (a)	4.841.794	1,09
Previsão Inicial da Receita (b)	4.451.477	

Fonte: Tabela 6

O quociente apurado no Quadro 2, apresenta um excesso de arrecadação de R\$-0,09 para cada R\$-1,00 previsto inicialmente no orçamento do exercício.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Quadro 3

Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Créditos Adicionais p/Superavit Financeiro(a)	123.816	0,16
Total do Superavit Financeiro (b)	783.468	

Fonte: Tabela 6 e 13

O indicador apurado no Quadro 4, demonstra que os Créditos Adicionais abertos com a utilização de Saldo Financeiro do Exercício Anterior representaram R\$-0,16 de cada real do total do superávit financeiro apurado no exercício de 2011

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro 4

Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Despesa Executada (a)	4.657.789	0,90
Dotação Atualizada (b)	5.172.353	

Fonte: Tabela 6

A despesa executada no exercício ficou abaixo da despesa autorizada, atingindo R\$-0,90 de cada R\$-1,00 orçado, apresentando uma economia orçamentária de 10%.

QUOCIENTE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Quadro 5

Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Receita Realizada (a)	4.841.794	1,04
Despesa Empenhada (b)	4.657.789	

Fonte: Tabela 6

Constata-se na apuração deste indicador, a demonstração de que, para cada real aplicado, foram arrecadados R\$-1,04.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

Quadro 6

Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Receita Corrente Realizada (a)	3.743.587	1,04
Despesa Corrente Empenhada (b)	3.593.266	

Fonte: Tabela 6

Verifica-se no quadro acima, que a receita corrente arrecadada, além da cobertura da despesa correspondente, apresenta um sobra de 4,0% de Receita Corrente à disposição de possíveis incrementos na Despesa de Capital.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL

Quadro 7

Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Receita de Capital Realizada (a)	1.098.207	1,03
Despesa de Capital Empenhada (a)	1.064.523	

Fonte: Tabela 6



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Na análise do quadro acima, observa-se que a arrecadação da Receita de Capital foi suficiente para a execução da Despesa correspondente, gerando um resultado superavitário de capital da ordem de 3,0%.

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 8 Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Receita Realizada	4.841.794	1,07
Despesa Paga	4.509.530	

Fonte: Tabela 6

A relação verificada no indicador acima demonstra que a receita realizada foi superior em R\$-0,07 a cada real pago da despesa do exercício.

QUOCIENTE DE RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

Quadro 9 Em R\$-mil

Especificação	2012	a/b
Disponível para o Exercício Seguinte (a)	940.815	1,46
Disponível do Exercício Anterior (b)	644.022	

Fonte: Tabela 13

O fato do saldo que passa para o exercício seguinte ser maior do que o saldo do exercício anterior demonstra que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos do exercício, gerando, portanto, um “*superávit* financeiro”. Dessa forma, observando um acréscimo nas disponibilidades de 46%, em relação ao exercício anterior.

8.1.1.1.2 Financeiro e Patrimonial

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Quadro 10 Em R\$ mil

Especificação	2012	a/b
Ativo Financeiro (a)	940.815	6,20
Passivo Financeiro (b)	151.668	

Fonte: Tabela 13

A relação "Ativo Financeiro/Passivo Financeiro" mostra que, para cada R\$-1,00 de dívida de curto prazo, o Estado apresentava R\$-6,20 para quitá-las. Demonstrando, que a suficiência para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo, é considerável.

ÍNDICE DA SITUAÇÃO DO PERMANENTE

Quadro 11 Em R\$ mil

Especificação	2012	a/b
Ativo Permanente (a)	2.573.527	0,34
Passivo Permanente (b)	7.588.609	

Fonte: Tabela 13



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Esse índice deve demonstrar o nível de endividamento do órgão por meio da relação entre a soma dos bens, créditos e valores, ou seja, bens e direitos de longo prazo e a soma das obrigações de longo prazo. A análise do índice demonstra que para cada real de passivo permanente, o ativo permanente cobriria R\$-0,34.

ÍNDICE DE RESULTADO PATRIMONIAL

Quadro 12		Em R\$ mil
Especificação	2012	a/b
Ativo Real (a)	3.520.370	0,45
Passivo Real (b)	7.740.277	

Fonte: Tabela 13

O índice apurado pela relação entre a Soma do Ativo Real e a Soma do Passivo Real, no exercício em análise, mostra que para cada R\$-1,00 de Passivo Real (financeiro e permanente), o Estado dispõe de R\$-0,45 de Ativo Real, caracterizando uma situação de *déficit* patrimonial.

8.1.2 Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e orçamentária, estabelece normas para elaboração e publicação bimestral, quadrimestral e anual de diversos relatórios resumidos com o objetivo de permitir que a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária e fiscal dos poderes executivo, legislativo e judiciário da diversas esferas de governo.

Para a avaliação da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal, consideramos as informações contidas nos relatórios publicados pelo Poder Executivo do Estado do Acre, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2012, por meio dos indicadores da receita corrente líquida, resultado primário, resultado nominal, dívida consolidada, operações de crédito e gastos com educação, saúde e pessoal, conforme apresentado a seguir:

I) Receita Corrente Líquida

Quadro 1			Em R\$-mil
RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
Receitas Correntes	Deduções	RCL	
4.175.955	894.760	3.281.195	

Fonte: Anexo III do RREO/LRF

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as seguintes deduções:

- Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema previdência e assistência social;
- Transferências ao FUNDEB;
- Compensações financeiras entre regimes de previdência;
- Parcelas distribuídas aos municípios, por determinação constitucional.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Este conceito é utilizado para apuração dos limites da despesa total de pessoal, da dívida pública, das operações de crédito e das garantias e contra garantias.

O valor da Receita Corrente Líquida, no exercício de 2012, monta em R\$-3.281.195 mil, evidenciando um acréscimo de 10,26 % em relação ao exercício anterior.

II) Resultado Primário

Quadro 2 Em R\$-mil

RESULTADO PRIMÁRIO				
Receita Primária	Despesa Primária	Resultado Primário	Sdo. Exerc. Anterior	Meta Fixada
3.841.018	4.288.878	-447.860	94.009	99.916

Fonte: Anexo VI do RREO/LRF

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias, com a função de fornecer uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução, medindo como as ações correntes do setor público afetam a trajetória do seu endividamento.

O resultado primário, quando traduzido em *superávit*, é direcionado para o pagamento de serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque da dívida líquida. Por outro lado, *déficit* primário, indica um aumento da dívida, em decorrência do financiamento de gastos não financeiros que excedem as receitas financeiras.

No exercício em análise, o resultado primário apresentou um *déficit* primário de R\$-447.860 mil, justificado pelo recebimento de receitas da Operação de Crédito, amparada pelo Art. 9-N da Resolução nº 2.827/2001 do Conselho Monetário Nacional, na importância de R\$-462.592 mil.

III) Resultado Nominal

Quadro 3 Em R\$-mil

RESULTADO NOMINAL			
Dívida Fiscal Líquida		Resultado	Meta Fixada
2011	2012		
1.399.129	1.824.965	425.836	221.093

Fonte: Anexo VII do RREO/LRF

A apuração do resultado nominal mede a evolução da dívida consolidada líquida. A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida, compreendendo o total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em decorrência de leis, contratos, convênios ou outra forma de pactuação de operações de crédito.

No exercício de 2012, ocorreu um crescimento da dívida consolidada líquida em relação ao exercício de 2011, passando de R\$-1.399.129 mil para R\$-1.824.965 mil, traduzindo-se no acréscimo 30,43%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

IV) Gasto com Educação

Quadro 4 Em R\$-mil

DESPESAS COM MANTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE				
Rec. Líq. de Impostos	Despesas c/Ações do MDE	Adições	Desp.p/Fins de Limite	%Aplicado
2.869.173	650.588	141.409	791.997	27,60

Fonte: Anexo X do RREO/LRF

Na análise da Tabela 4, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino corresponderam a 27,60 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais. Portanto, sendo cumpridos os dispositivos das Constituições Federal e Estadual.

V) Gasto com Saúde

Quadro 5 Em R\$-mil

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
Receita líquida de imposto	Despesas com Saúde	Restos a Pagar Cancelado	Despesas para Fins de Limite	%Aplicado
2.869.173	468.016	2	468.018	16,31

Fonte: Anexo XVI do RREO/LRF

Os gastos com saúde atingiram, em 2012, o percentual de 16,31% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais, sendo superior ao limite recomendado pela legislação, que é de 12%.

VI) Receita de Operações de Crédito e Despesa de Capital

Quadro 6 Em R\$-mil

APURAÇÃO DA REGRA DE OURO		
Receitas de Operações de Crédito	Despesa de Capital	Resultado
915.392	1.064.523	-149.131

Fonte: Anexo XI do RREO/LRF

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital apresenta as receitas de operações de crédito comparadas com a despesa de capital líquida, com a finalidade de demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro.

No exercício em análise, o Estado apresentou o enquadramento na referida regra, considerando que as despesas de capital foram superiores às receitas de capital em R\$-149.131 mil.

VII) Gasto com Pessoal

Quadro 7 Em R\$- mil

DESPEZA COM PESSOAL						
Rcl	Despesa com Pessoal	%Rcl	Limite Prudencial	%Rcl	Limite Máximo	%Rcl
3.281.195	1.520.529	46,34	1.527.396	46,55	1.607.785	49,00

Fonte: Anexo I RGF/LRF



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

No exercício de 2012, o Poder Executivo do Estado do Acre comprometeu 46,34% da RCL com a despesa líquida de pessoal, percentual inferior ao limite legal definido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, que é de 49,00%.

VIII) Dívida Consolidada

Quadro 8 Em R\$-mil

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Rcl	Dívida Líquida	%Rcl	Limite	%Rcl
3.281.195	1.916.567	58,41	6.562.390	200,00

Fonte: Anexo II - RGF/LRF

A dívida consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

A dívida consolidada líquida do Estado, no exercício de 2012, apresenta-se enquadrada nos dispositivos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

IX) Operações de Crédito

Quadro 9 Em R\$-mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Rcl	Operações de Crédito	%Rcl	Limite	%Rcl
3.281.195	462.800	14,10	524.991	16,00

Fonte: Anexo IV RGF/LRF

O Demonstrativo das Operações de Crédito visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelo ente da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável e a verificar os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções do Senado Federal.

No exercício em análise, o valor das Receitas de Operações de Crédito, apresenta-se superior ao limite estipulado pelo art. 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, que é de 16%.

X) Disponibilidade de Caixa

Quadro 10 Em R\$-mil

DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida
Vinculados	692.210	16.146	676.064
Não Vinculados	246.691	15.216	231.475
RPPS	187.750	6	187.744
Tesouro	58.941	15.210	43.731
Somas	938.901	31.362	907.539

Fonte: Anexo V RGF/LRF

As informações contidas no Quadro 10 demonstra que o estado possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

9) CONCLUSÃO

Em nossos exames, constatamos que não há fatos relevantes que configurem descumprimento, pelo Governador do Estado do Acre, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e dos Normativos do Tribunal de Contas do Estado, especialmente da Resolução nº 062, de 2008.

Da análise efetuada, sobre as peças que compõem a Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, constata-se que estas traduzem a situação patrimonial e financeira do Estado, e que a execução orçamentária e os resultados decorrentes dessa execução, representam adequadamente o que foi autorizado pelo Poder Legislativo na Lei Estadual nº 2.523 (LOA), estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Rio Branco, 30 de março de 2013.

Edson Américo Manchini
Controlador Geral do Estado

Francisco das Chagas Sobrinho
Coordenador do DECON
CRC – RO 002576/0